TABORDA, C. (2024). ***Between the global and the local: the International Feminist Strike.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade Letras Universidade do Porto. pp. 212-225
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma15

BETWEEN THE GLOBAL AND THE LOCAL: THE INTERNATIONAL FEMINIST STRIKE

ENTRE O GLOBAL E O LOCAL: A GREVE FEMINISTA INTERNACIONAL

Célia TABORDA
Universidade Lusófona-Porto
celia.taborda@ulusofona.pt

Resumo

O movimento feminista é cada vez mais transnacional, ultrapassa fronteiras geográficas e interliga o global e o local. A Greve Feminista Internacional, iniciada em 8 de março de 2017, no Dia Internacional da Mulher, emergiu como uma força na defesa da igualdade de género e na luta contra várias formas de opressão, incluindo a injustiça económica. O ativismo digital contribuiu para estas novas interações, numa simbiose entre ativismo digital e de rua, numa espécie de continuum relacional. Estas novas dinâmicas ativistas, promovem a discussão de temáticas na esfera pública que questionam a história e a cultura que foram construídas por sociedades patriarcais e hegemónicas, como o conceito de trabalho. Para este movimento, a greve ao trabalho não se deve limitar à produção mas também aos cuidados e à reprodução, sendo a greve não só laboral mas social (Arruzza et al., 2019). O objetivo desta pesquisa é perceber a dimensão e formas de ação globais desta greve feminista e a sua expressão local, em Portugal, um país em que os feminismos quase se dissiparam por causa da ditadura. Recorrendo a uma metodologia qualitativa, pretende-se estudar os repertórios de ação globais e locais desta Greve, para entender se o movimento feminista português, apesar dos constrangimentos históricos, se insere nos feminismos de quarta vaga, reclamado por muitas autoras para os feminismos contemporâneos (Chamberlain, 2017).

Palavras-chave: Greve Feminista Internacional, Global e Local, ação colectiva

Abstract

The feminist movement is increasingly transnational, transcending geographical borders and linking the global and the local. The International Feminist Strike, which began on 8 March 2017 on International Women's Day, has emerged as a force in the defence of gender equality and the fight against various forms of oppression, including economic injustice. Digital activism has contributed to these new interactions, in a symbiosis between digital and street activism, in a kind of relational continuum. These new activist dynamics promote the discussion of issues in the public sphere that question the history and culture built by patriarchal and hegemonic societies, such as the concept of labour. For this movement, the labour strike should not be limited to production but also to care and reproduction, with the strike being not only labour but also social (Arruzza et al., 2019). The aim of this research is to understand the global dimension and forms of action of this feminist strike and its local expression in Portugal, a country where feminisms almost dissipated because of the dictatorship. Using a qualitative methodology, the aim is to study the global and local repertoires of action of this strike in order to understand whether the Portuguese feminist movement, despite its historical constraints, is part of the fourth wave feminisms claimed by many authors for contemporary feminisms (Chamberlain, 2017).

Keywords: International Feminist Strike, global an local, collective action

1 - Introdução

Nos últimos anos, os movimentos feministas têm-se destacado a nível global, mobilizando-se em torno de lutas como a igualdade de género, o combate à violência contra as mulheres e a defesa de direitos sociais e laborais. A Greve Feminista Internacional, que surgiu em 2017, tornou-se uma das

principais expressões dessa mobilização, reunindo mulheres de diversas partes do mundo em manifestações simultâneas realizadas no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Estas greves ultrapassam fronteiras nacionais e reivindicam uma agenda política que combina reivindicações locais e globais (Federici, 2019), destacando a dimensão interseccional e transnacional dessas lutas (Grewal & Kaplan, 1994; Baksh & Harcourt, 2015). Contudo, enquanto as exigências globais conectam os movimentos feministas em diferentes países, as especificidades locais moldam as formas de mobilização e as prioridades de cada contexto.

Este artigo propõe-se a analisar a articulação entre o global e o local nas manifestações da Greve Feminista Internacional, comparando as mobilizações em dois países da Europa (Suécia e Polónia) com o caso específico de Portugal. Utilizando uma metodologia qualitativa e um método comparativo com base nos repertórios de ação coletiva de Charles Tilly (2004), o estudo visa identificar as semelhanças e diferenças nas manifestações e reivindicações feministas nestes países europeus. O objetivo central desta investigação é compreender como as ações e performances da Greve Feminista Internacional são adaptadas às realidades locais, destacando a relação entre as dimensões global e local do movimento. Pretende-se explorar quais repertórios ganharam maior visibilidade e como essas ações globais são ressignificadas em contextos específicos. Assim, visamos entender: de que forma a Greve Feminista Internacional articula reivindicações globais e locais, e como essa articulação se manifesta nas mobilizações em Portugal em comparação com outras manifestações na Europa?

2 - A greve como repertório de ação do movimento feminista

A greve é uma forma histórica e estratégica de mobilização coletiva que tem desempenhado um papel crucial na luta por direitos laborais e sociais. Em termos históricos surgiu associada ao movimento operário, ao processo de industrialização e ao capitalismo (Magalhães et al., 2022). A greve constitui não apenas um meio de pressão sobre empregadores, mas também um espaço de construção de solidariedade entre trabalhadores (Hyman, 1975), sendo frequentemente considerada uma expressão de resistência às desigualdades estruturais, demonstrando a existência de uma conflitualidade laboral (Armstrong & Águilla, 2006). Logo, a greve, na sua aceção contemporânea é entendida como a cessação temporária do trabalho, sendo utilizada pelos sindicatos como a sua arma primordial (Dias & Fernandes, 2016), uma vez que esta ação coletiva implica a conivência sindical e é utilizada no sentido de pressionar uma solução benéfica para os trabalhadores. A greve como processo histórico foi participada sobretudo por homens, operários, não obstante algumas operárias também as integrarem (Silva, 2022), mas neste contexto laboral. O movimento feminista, com o seu vasto repertório de ações coletivas (Taborda, 2024) não escolheu a greve como a sua forma primordial de luta, precisamente pelo caráter institucional da greve, ligado ao sindicalismo como ator político. Contudo, a partir de 2017, o repertório do movimento passou a incluir a greve.

O movimento feminista começou a afirmar-se a partir do século XIX e seguiu um trajeto de reivindicações e lutas que se manifestou em diferentes períodos, sendo consideradas três vagas do feminismo. Mais recentemente, algumas investigações sugerem a existência de uma quarta vaga do

feminismo (Chamberlain, 2017; Cochrane, 2013; Munro, 2013; Rivers, 2017). A quarta vaga do feminismo é vista como uma renovação do movimento na era digital, caracterizada pelo uso intensivo das redes sociais e das tecnologias de informação para organizar e difundir as lutas feministas (Mendes et al., 2018). Esta fase, que se diferencia das ondas anteriores – que se focaram, respetivamente, no sufrágio e na conquista de direitos civis (primeira onda), na crítica à opressão sexual e na construção de uma identidade feminina (segunda e terceira ondas) – enfatiza a interseccionalidade (Crenshaw, 1989) e a necessidade de reconhecer as múltiplas formas de opressão que se entrelaçam com questões de raça, classe, sexualidade e identidade de género (Collins, 2000). Na quarta vaga, as ativistas utilizam plataformas digitais para denunciar a misoginia, o racismo e as desigualdades exacerbadas pelo neoliberalismo, criando redes de solidariedade que transcendem fronteiras geográficas (Boyle, 2005). Esta abordagem permite a organização de um feminismo mais inclusivo (Arruzza et al., 2019), que se expressa tanto em manifestações de rua como em campanhas online, transformando o ciberespaço num espaço de resistência e de construção de narrativas políticas (Chamberlain, 2017; Varela, 2019).

Assim, a quarta vaga representa uma resposta contemporânea às novas dinâmicas sociais, ao mesmo tempo que desafia as estruturas tradicionais de poder (Cerqueira et al., 2025) e propõe uma transformação social baseada em princípios horizontais de participação e na valorização da diversidade de vozes feministas. A quarta vaga resgatou a greve como estratégia de luta, conferindo-lhe um novo significado político (Arruzza et al., 2019). Desde 2017, tem sido adotada a nível internacional no Dia Internacional da Mulher, a 8 de março, não apenas como uma paralisação laboral, mas também como uma greve ao trabalho doméstico e de cuidados. O objetivo é evidenciar que, se as mulheres param, o mundo também para. Esta onda de greves consolidou-se como um movimento feminista global, com potencial para provocar mudanças no quadro político. Esta nova abordagem transcende o espaço tradicional do trabalho formal para se tornar um instrumento de combate em diversas esferas sociais, como é o caso do trabalho doméstico e da reprodução, o que democratiza a greve, alarga o seu âmbito de ação e reforça o seu caráter solidário (Cerqueira et al., 2025).

3 - A Greve Feminista Internacional

A Greve Feminista surgiu como uma inovação no repertório da ação coletiva do movimento feminista. Aliás, aparece também como inovadora na forma como se apresenta, marcando uma rutura significativa com a tradição de greves exclusivamente laborais. Esta greve, conhecida igualmente por "*national women's strike*" ou *"feminist general strike"*, tem as suas origens no início do século XXI, como parte de uma estruturação global do movimento feminista, especialmente a partir de 2016.

A ideia de uma greve transnacional surgiu primeiro na América Latina, em 2016, e inspirou a greve internacional de 2017, organizada por um grupo de conhecidas ativistas e académicas como Angela Davis e Nancy Fraser, célebres nas lutas pelos direitos das mulheres. Este movimento emergiu como resposta à violência de género, às desigualdades laborais e sociais e à persistente opressão das mulheres em diferentes partes do mundo. A iniciativa começou a ganhar forma em países da América

Latina, como a Argentina (Daby & Moseley, 2022), e rapidamente se espalhou para outros continentes, consolidando-se como um marco na luta feminista global.

Em 2016, na Argentina, surgiu o movimento Ni Una Menos, como resposta à escalada de femicídios e violência de género. A morte brutal de Lucía Pérez, uma jovem de 16 anos, desencadeou manifestações massivas em outubro de 2016, levando à convocação de uma greve de mulheres no país (Gago, 2020). Este evento destacou a conexão entre a exploração laboral e a violência de género, integrando questões económicas e sociais na luta feminista (Cavallero & Gago, 2021; Draper & Mason-Deese, 2018).

Em 2017, a Greve Feminista Internacional foi formalizada com a convocação de uma greve a 8 de março. Organizações feministas de mais de 50 países uniram-se sob o lema "Se as nossas vidas não importam, que produzam sem nós" (Gago, 2020). Este slogan reforçou a ideia de que o trabalho das mulheres, tanto o trabalho formal remunerado como o trabalho doméstico e de cuidado, frequentemente invisibilizado, é essencial para o funcionamento das sociedades, e que a ausência das mulheres no trabalho seria uma forma poderosa de protesto (Arruzza et al., 2019).

Nos anos seguintes, a Greve Feminista Internacional consolidou-se como um movimento anual, com mobilizações de diferentes dimensões em países da Europa e América. Na verdade, o recurso à greve como forma de reivindicação pelas mulheres, no sentido da expressão de um conflito, não é uma novidade na Europa do século XXI. Já em 1975 tinha ocorrido na Islândia uma greve de mulheres (Brewer, 2015) com a finalidade de chamar a atenção para as desigualdades de género. Mas a grande mobilização associada à Greve Feminista Internacional na Europa ocorreu em 2016 na Polónia, onde milhares de mulheres saíram às ruas em protesto contra a tentativa do governo de restringir ainda mais o acesso ao aborto (Korolczuk, 2016). Este movimento, conhecido como "*Black Monday*", foi um dos primeiros exemplos de como uma greve feminista poderia mobilizar um grande número de pessoas para desafiar políticas repressivas e reivindicar direitos reprodutivos. Uma nova vaga de feminismo nasceu após 2016, centrada na ação direta, nos protestos de rua e numa crítica às desigualdades sistémicas, defendendo uma transformação fundamental da sociedade para erradicar a desigualdade de género, em oposição a uma narrativa antigénero conservadora e religiosa (Bielska-Brodziak et al., 2020; Graff,2020; Graff & Korolczuk, 2022; Hall, 2019).

A Greve Feminista teve expressão mesmo em países do Norte da Europa, como a Suécia, em que está presente um Feminismo de Estado (Borchorst & Siim, 2008; Sainsbury, 2005). O feminismo na Suécia está profundamente enraizado na cultura política e social do país (Bergqvist et al, 2007), tornando o feminismo parte integrante do discurso público e das estruturas institucionais (Ellingsæter, 2013). A participação da Suécia na Greve Feminista Internacional reflete as particularidades do seu modelo de feminismo institucionalizado, logo, menos contestatário, onde as mobilizações e reivindicações se inseriram mais dentro das próprias estruturas institucionais.

Mais do que uma paralisação no local de trabalho, a Greve Feminista é concebida como uma greve social, abrangendo áreas não reconhecidas formalmente como laborais, como o trabalho doméstico e os cuidados. Este conceito é amplamente explorado por Federici (2019), que argumenta

que o trabalho reprodutivo e o trabalho doméstico sustentam a economia capitalista, embora permaneçam invisíveis e desvalorizados.

A ideia de uma greve que ultrapasse os limites do trabalho remunerado foi reforçada nos movimentos feministas globais, como o Ni Una Menos, na Argentina, e a Women's Strike (Gago, 2018), em vários países da Europa. Esses movimentos ressaltam que as mulheres enfrentam múltiplas formas de opressão simultaneamente, como o sexismo, o racismo e a exploração económica (Collins, 2019; Arruzza et al., 2019).

Uma característica central da Greve Feminista é o seu caráter multidimensional. Segundo Gago (2020), a greve feminista incorpora uma "lógica de interrupção" que transcende o local de trabalho, alcançando espaços domésticos, comunitários e mesmo os afetos. Esta expansão é essencial para compreender como as estruturas patriarcais e capitalistas se interconectam e operam em âmbitos distintos, mas complementares. Além disso, é também um espaço de construção política e de reivindicações que vão para além das questões salariais. Trata-se de uma tentativa de reimaginar a economia e a sociedade, propondo uma "organização do cuidado" que desafia os fundamentos neoliberais (Fraser, 2013).

A mobilização também destaca como as mulheres são atingidas pela violência de género em diferentes âmbitos. Como apontado por Segato (2016), o patriarcado contemporâneo funciona como um "sistema de ordenamento" que organiza a violência como um instrumento de controlo. Neste sentido, a greve feminista procura também interromper estas dinâmicas de violência estrutural, ao tornar visível e politizar estas experiências.

4 - Transnacional e Local na Greve Feminista Internacional

O caráter transnacional (Baksh & Harcourt, 2015) da Greve Feminista Internacional reflete-se na diversidade de temas abordados, que vão desde a violência doméstica e os femicídios até a disparidade salarial e o reconhecimento do trabalho de cuidado. A sua força está na junção de lutas locais dentro de uma narrativa global, demonstrando como os problemas enfrentados pelas mulheres estão interligados e como soluções coletivas podem ser mais eficazes. A Greve Feminista Internacional também utiliza as redes sociais como ferramenta central de mobilização e disseminação de ideias, permitindo a partilha de experiências e estratégias entre diferentes países e contextos. Esta dimensão digital reforça a sua capacidade de alcançar uma audiência global e de se adaptar rapidamente a novos desafios.

A Greve Feminista Internacional caracteriza-se como um movimento transnacional (Liinason, 2021), ao conectar lutas feministas de diferentes países e contextos culturais em torno de reivindicações compartilhadas e solidariedades partilhadas, mas adaptadas às especificidades locais. Várias autoras destacam como a Greve Feminista se tornou uma plataforma global de resistência contra o patriarcado, o capitalismo e outras formas interseccionais de opressão. Verónica Gago (2020), sublinha que a transnacionalidade da greve feminista não é apenas uma ampliação geográfica, mas também uma troca política e cultural entre movimentos feministas em diferentes partes do mundo.

Segundo Gago, "o 8M é uma coordenação global que não busca homogeneizar as lutas, mas potencializar as suas singularidades, reconhecendo a diversidade de opressões e de resistências" (p. 48). Este caráter heterogêneo permite que o movimento articule reivindicações locais, como o direito ao aborto na América Latina, com questões globais, como a precarização do trabalho feminino e a violência de gênero (Gago, 2020). Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), reforçam esta perspetiva ao destacar que o movimento 8M desafia a hegemonia do feminismo liberal ocidental, propondo um feminismo anticapitalista e interseccional que é relevante para mulheres de diferentes origens sociais e culturais (Arruzza et al, 2019). Para as autoras, o 8M não se limita a denunciar desigualdades de gênero, mas aborda questões como o racismo, o colonialismo e as crises ambientais, conectando-as às lutas feministas de forma inovadora e abrangente (Arruzza et al, 2019). Este aspeto transnacional é evidenciado pela participação de movimentos feministas da América Latina, Europa, Ásia e África, cada qual trazendo as suas especificidades para o diálogo global. Por exemplo, o movimento *Ni Una Menos* na Argentina desempenhou um papel fundamental na organização inicial do 8M, colocando a violência de gênero no centro das lutas globais. Segundo Federici (2019), "a greve feminista tornou-se um espaço para conectar diferentes formas de violência patriarcal que são experimentadas globalmente, mas que têm manifestações específicas em cada contexto local" (p. 87). A força da Greve também reside na sua capacidade de combinar estratégias locais e globais. Como observa Gago (2020), a greve feminista opera como um "mapa vivo", no qual diferentes movimentos feministas compartilham práticas, aprendizagens e desafios, criando um fluxo constante de inovação política (p. 114). Este caráter transnacional, porém, não apaga as diferenças; pelo contrário, celebra-as como fonte de enriquecimento mútuo e como elemento de fortalecimento da luta coletiva.

Por fim, a transnacionalidade da Greve Feminista é um testemunho do poder da solidariedade feminista global em tempos de crises sociais e econômicas. Ao conectar múltiplas vozes, práticas e contextos, o 8M transcende as fronteiras e afirma a centralidade das mulheres na transformação das estruturas sociais e econômicas globais.

5 - A Greve Feminista em Portugal

Ao longo do tempo, em Portugal, as mulheres operárias desencadearam algumas greves, embora em número reduzido, mas participaram em muitas das greves operárias promovidas pelos sindicatos. Isto porque, como referem Alves e Gama, o sindicalismo nasceu "androcentrado", reagindo negativamente à inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que levou as mulheres a organizarem uma "militância feminina" (Alves & Gama, 2013). Por sua vez, os mais de quarenta anos de ditadura também limitaram a ação das mulheres no espaço público e, consequentemente, as greves participadas ou lideradas por mulheres (Pimentel, 2015).

Assim, num país pouco habituado a greves de mulheres, a Greve Feminista Internacional foi uma novidade e teve pouca adesão nos dois primeiros anos. O impacto dessa greve internacional de 2017, em Portugal, foi ténue, limitando-se a uma paralisação simbólica de algumas horas ao trabalho e às tarefas domésticas (Flor, 2017). O objetivo foi mostrar solidariedade com o protesto internacional, mas

DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma15

funcionou também como um incentivo para a Rede 8 de Março, para que no futuro promovesse novas greves.

Em 2018, ao contrário do que aconteceu no país vizinho, não houve greve feminista em Portugal, por falta de apoios, tendo ocorrido somente em 2019, com grande dimensão. Nesse ano, a Rede 8 de Março, que congrega mais de 30 coletivos (entre organizações da sociedade civil, pessoas individuais, partidos e sindicatos), organizou uma grande campanha de mobilização social no sentido de levar as mulheres a participarem nesta greve (Frianças, 2019). A greve feminista de 2019 ocorreu em várias cidades do país, foi apoiada pelos partidos Bloco de Esquerda e Movimento Alternativa Socialista (MAS), e teve a adesão de cinco sindicatos nacionais (SNESUP - Sindicato Nacional do Ensino Superior, STCC - Sindicato dos Trabalhadores de Call Center, SIEAP - Sindicato das Indústrias, Energia, Serviços e Águas de Portugal, STSSSS - Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social, e STOP - Sindicato de Todos os Professores), que emitiram pré-aviso de greve, cumprindo todos os requisitos legais, para que as pessoas que trabalhavam em atividades ligadas a esses sindicatos pudessem aderir (Frianças, 2019). No entanto, não contou com a participação das grandes centrais sindicais, como a CGTP e a UGT. Assim, essa ação coletiva funcionou como greve, no sentido tradicional (uma paralisação total ao trabalho), apenas para as trabalhadoras cujos sindicatos aderiram à mesma. Para as outras, foi uma greve social, com uma paralisação parcial. Contudo, teve grande mediatização, com a presença de figuras políticas, ligadas à oposição e até ao governo da época. A presença dessas personalidades contribuiu para a visibilidade desta greve, que levou às ruas cerca de 30 mil pessoas (Frianças, 2019).

Nos três anos subsequentes, o mundo enfrentou uma pandemia e o movimento teve que encontrar formas de mobilização e organização menos presenciais do que as tradicionais (Lamartine & Cerqueira, 2023a). A Greve Feminista Internacional priorizou a sua atuação digital, mas também marcou presença física, transmitindo ao vivo os protestos de rua por meio do canal "Greve Feminista PT" no YouTube (Lamartine & Cerqueira, 2023a). Na madrugada de 8 de março, foi lançada uma campanha digital, incluindo um site e mobilizações nas redes sociais, incentivando a participação no protesto online da greve feminista de 2021. As pessoas foram convidadas a compartilhar fotos e outros conteúdos utilizando as hashtags #grevefeminista2021, #8marco2021 e #senosparamosomundopara (A. C. Pereira, 2021). Desta forma, a Greve manteve-se viva, por meio da interação entre ativismo digital e manifestações presenciais.

Em 2023, retomou-se a presença nas ruas, ocorrendo em 12 cidades (Lusa, 2023). O ativismo digital contribuiu para essas novas interações, numa simbiose entre ativismo digital e de rua, numa espécie de *continuum* relacional, sendo fundamental para a continuidade e o crescimento do movimento 8M, tanto em Portugal quanto no cenário global (Lamartine & Cerqueira, 2023a, 2023b).

6 - Metodologia

O objetivo deste artigo é entender a dimensão e as estratégias de ação da Greve Feminista Internacional na Europa e em Portugal. Assim, com base numa metodologia qualitativa, será adotado

um método comparativo entre os repertórios de ação de dois países da Europa (Suécia e Polónia) e Portugal. A seleção desses países europeus teve em consideração a diversidade geográfica, sendo um do Norte e o outro do Centro da Europa, além dos diferentes desafios que os feminismos têm enfrentado nesses países.

Baseada na abordagem de Charles Tilly (2004) sobre repertórios de ação coletiva e na recolha de informações jornalísticas online (2017-2023), a análise focará nas semelhanças e diferenças nas estratégias de mobilização entre os países, considerando os seguintes critérios: Mobilização Digital; Formas de ação; Apoio Institucional; Performances; Resistência governamental; Alianças com Outros Movimentos Sociais.

Quadro Comparativo de Repertórios de Mobilização Feminista

Repertório/País	Suécia	Polónia	Portugal
Mobilização Digital	Debates públicos, petições, campanhas sobre assédio e direitos reprodutivos	Uso intenso de redes sociais para coordenação e disseminação de informação	Redes sociais para convocar manifestações e campanhas
Formas de Ação	Manifestações pacíficas, campanhas por ONGs, ações culturais	Greves nacionais, marchas silenciosas, protestos de rua	Greves, manifestações, assembleias, ações online
Apoios Institucionais	Organizações Feministas, ONGs, sindicatos, partidos, governo	Apoio amplo da sociedade civil nacional e apoio internacional	Coletivos feministas, sindicatos, partidos de esquerda
Performances	Ações simbólicas em espaços culturais e académicos	“Segunda-feira Negra”, cabides, vestuário preto	Marchas, hashtags, campanhas digitais
Resistência Governamental	Baixa; políticas públicas favoráveis	Alta; repressão governamental e criminalização do aborto	Moderada; diálogo com resistência conservadora
Alianças com Outros Movimentos	Direitos humanos, LGBTQ+, antirracismo	Pró-democracia e LGBTQ+	Sindicatos e organizações de direitos humanos
Impacto	Políticas de igualdade implementadas	Recuo na proibição total do aborto	Maior visibilidade das questões de género

(Quadro de elaboração própria, com base em informação jornalística online)

7 - Análise e Discussão

A Greve Feminista Internacional articula reivindicações globais e locais através da mobilização coletiva e do uso de repertórios de ação diversificados (Tilly, 2004). Esta ligação ocorre a partir da interseção entre reivindicações universais do feminismo — como o combate à violência de género, a

igualdade salarial e a valorização do trabalho reprodutivo e de cuidado — e as especificidades políticas, culturais e socioeconómicas de cada país.

Os repertórios de ação da Greve Feminista Internacional demonstram, tanto em contexto europeu como em Portugal, uma articulação híbrida entre mobilização digital, protesto de rua e intervenções culturais, refletindo simultaneamente a universalidade das reivindicações feministas e as especificidades históricas e políticas de cada território, o global e o local (Gago, 2020; Federici, 2019).Os repertórios utilizados, como manifestações, marchas, bloqueios simbólicos e performances artísticas, associam-se frequentemente com a crítica aos sistemas neoliberais e à violência de género (Arruza et al., 2019), respondendo às singularidades locais. Essa pluralidade de ações demonstrou a capacidade de convergir experiências distintas – de países com trajetórias democráticas consolidadas a outros ainda em processo de transição – numa mobilização transnacional que ressalta a solidariedade entre mulheres e a necessidade de repensar as estruturas patriarcais.

Na Polónia, a greve feminista emergiu como uma resposta direta a ameaças legislativas aos direitos reprodutivos, refletindo um contexto de resistência contra políticas conservadoras. A mobilização feminista é mais combativa devido ao contexto político conservador, especialmente no que diz respeito aos direitos reprodutivos. A Greve Feminista Internacional na Polónia tem sido fortemente marcada pela luta contra a criminalização do aborto, resultando em mobilizações massivas, como a Greve das Mulheres de 2016, servindo-se das redes sociais, bem como de greves laborais e protestos de rua como principais repertórios de ação (Korolczuk, 2021). Estes protestos recorreram a símbolos marcantes, como as roupas pretas e os cabides, simbolizando o luto pela potencial perda dos direitos reprodutivos e os perigos dos abortos autoinduzidos, caso o acesso legal ao aborto fosse ainda mais restringido. Esta comunicação visual foi fundamental para a mobilização geral, refletindo o poder das imagens no ativismo contemporâneo (Korolczuk, 2016). A repressão estatal e o papel da Igreja Católica (Bielska-Brodziak et al., 2020; Graff, 2020; Graff & Korolczuk, 2022; Hall, 2019) tornaram a luta feminista polaca mais centrada na resistência contra retrocessos legais e morais.

Na Suécia, a tradição de políticas de igualdade de género (Bergqvist et al, 2007) sugere um contexto diferente de mobilização feminista, mais institucionalizado e menos centrado em manifestações de rua. Aqui, a Greve Feminista Internacional não teve a mesma dimensão em termos de mobilizações de rua, mas encontrou eco nas estruturas institucionais feministas e sindicais, reforçando a luta por melhorias no trabalho de cuidado e pela igualdade salarial. A presença de um forte Estado de bem-estar e de políticas de género avançadas (Borchorst & Siim, 2008) fez com que a Greve Feminista Internacional assumisse um caráter mais reivindicativo dentro das instituições, em vez de grandes paralisações laborais ou protestos massivos. Insere-se num contexto de forte institucionalização das políticas de igualdade de género, mas denuncia desigualdades persistentes, especialmente em relação ao trabalho precário e à divisão sexual do trabalho doméstico. As manifestações suecas refletem a necessidade de aprofundamento das políticas públicas e são marcadas pela presença significativa de sindicatos e organizações feministas, que estruturam a greve como um protesto voltado para a ampliação dos direitos já conquistados. No entanto, embora o

feminismo de Estado abra potenciais canais de acesso privilegiado à tomada de decisões, também restringe as formas organizacionais dos movimentos, privilegiando as ações mais colaborativas e menos conflituosas do protesto (Ferree, 2012; Outshoorn & Kantola, 2007).

Em Portugal, a Greve Feminista Internacional tem crescido progressivamente desde 2018, refletindo a emergência de novos coletivos feministas e a mobilização em torno de questões como a violência de género e a precariedade laboral. Apesar de uma adesão mais limitada do que na Polónia, a greve tem conquistado visibilidade, especialmente em cidades como Lisboa e Porto, através de manifestações de rua, performances artísticas e paralisações simbólicas. No entanto, a ausência de uma tradição histórica consolidada de greves feministas (Alves &Gama, 2013) e o fraco apoio sindical limitam a adesão massiva, em comparação com a Polónia. Portanto, o país encontra-se num espaço intermédio entre os contextos destes dois países, mas as mobilizações portuguesas têm aumentado, incorporando práticas inspiradas em experiências internacionais.

Dessa forma, a Greve Feminista Internacional exemplifica a dinâmica entre o global e o local ao adaptar as suas estratégias às condições específicas de cada país. Enquanto a Suécia enfatiza a institucionalização das agendas feministas, a Polónia enfrenta uma luta mais intensa contra a regressão de direitos, e Portugal procura consolidar a sua mobilização dentro de um cenário político relativamente favorável, mas ainda com desafios estruturais. Essa diversidade de repertórios de ação reflete a flexibilidade do movimento feminista internacional ao articular as suas reivindicações em diferentes contextos nacionais.

A análise comparativa dos repertórios de ação da Greve Feminista Internacional, entre 2017 e 2023, na Suécia, Polónia e Portugal, revela que, embora os contextos dos três países europeus apresentem trajetórias, dimensões e desafios distintos, todos partilham a capacidade de transformar o protesto num espaço de reivindicação e reconstrução social.

8 - Considerações Finais

A análise da Greve Feminista Internacional na Suécia, Polónia e Portugal revela como este movimento transnacional articula reivindicações globais e locais, adaptando estratégias de ação às especificidades políticas, sociais e culturais de cada país. A partir da teoria dos repertórios de ação de Charles Tilly, observa-se que, apesar das diferenças nos contextos nacionais, a Greve Feminista Internacional mantém uma identidade comum baseada na luta contra a violência de género, na reivindicação da igualdade salarial e no reconhecimento do trabalho reprodutivo e de cuidado.

Na Polónia, a greve manifesta-se de forma combativa, como uma resposta direta às ameaças legislativas aos direitos reprodutivos, mobilizando protestos de rua massivos e atos de resistência face a um governo conservador e à influência da Igreja Católica. Já na Suécia, o movimento assume um caráter mais institucionalizado, aproveitando a tradição de políticas de igualdade para pressionar por avanços no combate à precariedade laboral e à divisão desigual do trabalho doméstico. Em Portugal, a mobilização feminista situa-se num ponto intermédio, combinando táticas de rua,

paralisações laborais e ações performativas, embora enfrente desafios relacionados com a fragilidade da sindicalização e a ausência de uma tradição de greves feministas.

Dessa forma, verifica-se que a Greve Feminista Internacional não segue um modelo único de mobilização, mas antes adapta as suas estratégias a cada realidade nacional, demonstrando a capacidade do movimento feminista de articular a solidariedade transnacional com a resposta às necessidades locais. A diversidade dos repertórios de ação confirma a flexibilidade da Greve Feminista Internacional na transformação do protesto num espaço de reivindicação e reconstrução social, reforçando a luta feminista contra as desigualdades estruturais e os sistemas patriarcais em diferentes contextos europeus.

A dimensão da Greve Feminista Internacional na Suécia, Polónia e Portugal varia significativamente consoante o contexto político e social de cada país, mas, em todos eles, há inovação no repertório de ação, refletindo a expansão da quarta vaga do feminismo. Esta vaga manifesta-se de forma mais intensa na Polónia, caracterizando-se pelo uso intensivo das redes digitais, pela dimensão e combatividade dos protestos e pela transnacionalização das reivindicações. Em Portugal, a escala e as formas de ação da Greve Feminista Internacional também refletem a história política e social do país, nomeadamente o impacto da ditadura do Estado Novo (1933-1974), que reprimiu fortemente os movimentos feministas e impediu a sua consolidação até ao período democrático. Esta trajetória distingue a experiência portuguesa da sueca, onde o feminismo foi institucionalizado desde cedo, e da polaca, onde o movimento se fortaleceu em resposta a um contexto político conservador.

Em Portugal, a Greve Feminista tem-se consolidado como um espaço de mobilização e resistência, contribuindo para a progressiva inserção dos feminismos no ativismo transnacional da quarta vaga, embora enfrente desafios relacionados com a institucionalização do movimento e a sua articulação com outras lutas sociais. A continuidade e o impacto dessas mobilizações dependerão da capacidade dos movimentos feministas de manter alianças estratégicas e de responder às transformações políticas e sociais futuras, em linha com as aspirações da quarta vaga dos feminismos.

Agradecimentos

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto “FEMglocal - Movimentos feministas glocais: interações e contradições” (PTDC/COM-CSS/4049/2021/DOI 10.54499/PTDC/COM-CSS/4049/2021), apoiado por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.

Referências Bibliográficas

ALVES, P. M., & GAMA, O. (2013). A militância no feminino nos primórdios do sindicalismo em Portugal. *Revista Online, Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.* http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.paulo-alves-olinda-gama.pdf

ARMSTRONG, A., & ÁGUILLA, R. (2006). *Evolución del conflicto laboral en Chile 1961-2002.* Ediciones Universidad Católica de Chile.

ARRUZZA, C., BHATTACHARYA, T., & FRASER, N. (2019). *Feminismo para 99%: Um manifesto.* Objetiva.

BABO, I. (2025). Visibility and recognition: The struggle for visibility and recognition of the 8th of March Network. *Women's Studies International Forum, 109*, 103044. https://doi.org/10.1016/j.wsif.2024.103044

BAKSH, R., & HARCOURT, W. (Eds.). (2015). *The Oxford handbook of transnational feminist movements.* Oxford University Press.

BERGQVIST, C., OLSSON BLANDY, T., & SAINSBURY, D. (2007). Swedish state feminism: Continuity and change. In J. Outshoorn & J. Kantola (Eds.), *Changing state feminism* (pp. 224–245). Palgrave Macmillan.

BIELSKA-BRODZIAK, A., DRAPALSKA-GROCHOWICZ, M., PERONI, C., & RAPETTI, E. (2020). Where feminists dare: The challenge to the heteropatriarchal and neo-conservative backlash in Italy and Poland. https://doi.org/10.35295/osls.iisl/0000-0000-0000-1156

BIROLI, F., & CAMINOTTI, M. (2020). The conservative backlash against gender in Latin America. *Politics & Gender, 16*(1), E1. https://doi.org/10.1017/S1743923X20000045

BORCHORST, A., & SIIM, B. (2008). Women-friendly policy paradoxes? Childcare policies and gender equality visions in Scandinavia. In K. Melby, A.-B. Ravn, & C. Carlsson-Wetterberg (Eds.), *Gender equality and welfare politics in Scandinavia: The limits of political ambition?* (pp. 27–42). Policy Press.

BORCHORST, A., & SIIM, B. (2008). Women-friendly policies and state feminism: Theorizing Scandinavian gender equality. *Feminist Theory, 9*(2), 207–224. https://doi.org/10.1177/1464700108090411

BOYLE, K. (2005). *Media and violence: Gendering the debates.* SAGE Publications. https://doi.org/10.4135/9781446212059

BREWER, K. (2015, October 23). The day Iceland's women went on strike. *BBC News.* https://www.bbc.com/news/magazine-34602822

CAVALLERO, L., & GAGO, V. (2021). *A feminist reading of debt.* Pluto Press.

CERQUEIRA, C., TABORDA, C., & PEREIRA, A. S. (2025). Contemporary Portuguese feminist activisms through the analysis of the International Feminist Strike website: Subversive revolt and counterpower. *Journal of Gender Studies*, 1–19. https://doi.org/10.1080/09589236.2025.2477118

CHAMBERLAIN, P. (2017). *The feminist fourth wave: Affective temporality.* Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-319-53682-8

COCHRANE, K. (2013). *All the rebel women: The rise of the fourth wave of feminism.* Guardian Books.

COLLINS, P. H. (2000). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2nd ed.). Routledge. (Original work published 1990)

COLLINS, P. H. (2019). The difference that power makes: Intersectionality and participatory democracy. In O. Hankivsky & J. S. Jordan-Zachery (Eds.), *The Palgrave handbook of intersectionality in public policy* (pp. 167–192). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-98473-5_7

CRENSHAW, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 139–167.

DABY, M., & MOSELEY, M. W. (2022). Feminist mobilization and the abortion debate in Latin America: Lessons from Argentina. *Politics & Gender, 18*(2), 359–393. https://doi.org/10.1017/S1743923X20000197

DIAS, H., & FERNANDES, L. (2016). A greve geral de novembro de 2012 e os protestos anti-austeridade – Análise a partir do caso português. *International Journal on Working Conditions, 11*, 38–54.

DRAPER, S., & MASON-DEESE, L. (2018). Strike as process: Building the poetics of a new feminism. *South Atlantic Quarterly, 117*(3), 682–691. https://doi.org/10.1215/00382876-6942257

FEDERICI, S. (2017). *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.* Elefante.

FERREE, M. (2012). *Varieties of feminism: German gender politics in global perspective.* Stanford University Press. https://doi.org/10.1515/9780804780520

FLOR, A. (2017, 7 de março). "Não me calo." Portuguesas juntam-se à paralisação mundial no Dia da Mulher. *Público*.

FRASER, N. (2013). *Fortunes of feminism: From state-managed capitalism to neoliberal crisis.* Verso.

FRIANÇAS, A. (2019, March 4). Dez perguntas e respostas para perceber a primeira greve feminista em Portugal. *Público.* https://www.publico.pt/2019/03/04/sociedade/noticia/dez-perguntas-perceber-primeira-greve-feminista-portugal-1863494

GAGO, V. (2018). #WeStrike: Notes toward a political theory of the feminist strike. *South Atlantic Quarterly, 117*(3), 660–669. https://doi.org/10.1215/00382876-6942233

GAGO, V. (2020). *A potência feminista: O desejo de transformar tudo.* Editora Elefante.

GAGO, V., & Gutiérrez Aguilar, R. (2020). The feminist strike as threshold. *New Global Studies, 14*(2), 111–120. https://doi.org/10.1515/ngs-2020-0012

GRAFF, A. (2020). Angry women: Poland's black protests as 'populist feminism'. In *Angry women: Poland's black protests as 'Populist Feminism* (pp. 231–250). Transcript Verlag. https://doi.org/10.1515/9783839449806-013

GRAFF, A., & KOROLCZUK, E. (2022). *Anti-gender politics in the populist moment.* Taylor & Francis. https://doi.org/10.4324/9781003133520

GREWAL, I., & KAPLAN, C. (Eds.). (1994). *Scattered hegemonies: Postmodernity and transnational feminist practices.* University of Minnesota Press.

HALL, B. (2019). Gendering resistance to right-wing populism: Black protest and a new wave of feminist activism in Poland? *American Behavioral Scientist, 63*(10), 1497–1515. https://doi.org/10.1177/0002764219831731

HYMAN, R. (1975). *Industrial relations: A Marxist introduction.* Macmillan.

KOROLCZUK, E. (2016). Explaining mass protests against abortion ban in Poland: The power of connective action. *Zoon Politikon, 7*(7), 91–113.

LAMARTINE, C., & CERQUEIRA, C. (2022). "Caladas nos querem, rebeldes nos terão": Ciberfeminismo e interseccionalidade na construção híbrida do Movimento 8M em Portugal. *Observatorio (OBS)*, 16*(Special Issue). https://doi.org/10.15847/obsOBS16Special%20Issue20222292

LAMARTINE, C., & CERQUEIRA, C. (2023a). Communicating through cyberfeminism: Communication strategies for the construction of the International Feminist Strike in Portugal. *Social Sciences, 12*(9), 473. https://doi.org/10.3390/socsci12090473

LAMARTINE, C., & CERQUEIRA, C. (2023b). Da rede às ruas: O impacto do ciberfeminismo no movimento 8M. *Communication, Technologies et Développement, 13.*

LIINASON, M. (2021). 'Drawing the line' and other small-scale resistances: Exploring agency and ambiguity in transnational feminist and queer NGOs. *International Feminist Journal of Politics, 23*(1), 102–124. https://doi.org/10.1080/14616742.2020.1775489

LUSA (2023, March 8). Associações de mulheres marcham em 12 cidades portuguesas por mais direitos. *Observador.* https://observador.pt/2023/03/08/associacoes-de-mulheres-marcham-em-12-cidades-portuguesas-por-mais-direitos/?cache_bust=1680541153663

MAGALHÃES, C., TABORDA, C., ALONSO, H., & ALMAS, A. (2022). A relação entre a greve e a sindicalização: Um estudo de caso sobre a perceção dos portugueses. In S. A. Ferreira & N. Corrent (Eds.), *Ciências humanas e sociais aplicadas: Competências para o desenvolvimento humano* (1ª ed., pp. 1–21). Atena Editora. https://doi.org/10.22533/at.ed.6422206121

MENDES, K., RINGROSE, J., & KELLER, J. (2018). #MeToo and the promise and pitfalls of challenging rape culture through digital feminist activism. *Feminist Media Studies.* https://doi.org/10.1177/1350506818765318

MONTANELLI, M., & HARDT, M. (2018). The unforeseen subject of the feminist strike. *South Atlantic Quarterly, 117*(3), 699–709. https://doi.org/10.1215/00382876-6942281

MUNRO, E. (2013). Feminism: A fourth wave? *Political Insight, 4*(2), 22–25. https://doi.org/10.1111/2041-9066.12021

OUTSHOORN, J., & KANTOLA, J. (2007). *Changing state feminism.* Springer.

PEREIRA, A. C. (2021, March 4). Greve feminista. Concentrações em seis cidades e muita ação online. *Público.*

PIMENTEL, I. (2015). A situação das mulheres na I República e no Estado Novo. 1910- -1974. In Pimentel, I. F. & Melo, H. P. de. Mulheres Portuguesas: história da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança. Lisboa: Clube do Autor.

RIVERS, N. (2017). *Postfeminism(s) and the arrival of the fourth wave: Turning tides.* Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-319-59812-3_2

SAINSBURY, D. (2005). Party feminism, state feminism and women's representation in Sweden. In J. Lovenduski (Ed.), *State feminism and political representation* (pp. 195–215). Cambridge University Press.

SEGATO, R. L. (2016). *La guerra contra las mujeres.* Traficantes de Sueños.

SELBERG, R., & KOLANKIEWICZ, M**.** (2023). Rights claims in anti-abortion campaigns in Poland and Sweden. In R. Selberg, M. Kolankiewicz, & D. Mulinari (Eds.), *Struggles for reproductive justice in the era of anti-genderism and religious fundamentalism.* Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-031-31260-1_7

SILVA, C. T. (2022). Social movements in contemporary Portugal. *European Journal of Social Sciences Education and Research, 1*(1), 36. https://doi.org/10.26417/ejser.v1i1.p36-42

TABORDA, C. (2024). Operárias, povo, cidadania. Novas perspetivas da história dos movimentos sociais oitocentistas ibéricos. In J. D. Pereira & D. P. Cerezales (Coords.), (pp. 169-198). *IHC.*

VARELA, N. (2019). *Feminismo 4.0: La cuarta ola.* (Primera edición). B.